CONHECIMENTO DOS INCENTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS POR PARTE DAS ORGANIZAÇÕES DE PALHOÇA

KNOWLEDGE OF MUNICIPAL TAX INCENTIVES
BY THE PALHOÇA ORGANIZATIONS

Ernando Fagundes¹

Fernanda Kuhnen²

Ana Paula Haskel³

RESUMO: O objetivo deste artigo foi verificar o nível de conhecimento das organizações do município de Palhoça acerca dos incentivos fiscais oferecidos pelo referido município, de modo que se apurasse inclusive se estas organizações se utilizavam dos referidos incentivos. A coleta de dados se deu por meio de um questionário eletrônico elaborado pelos autores e aplicado nas organizações do Município de Palhoça associadas à Associação Comercial e Empresarial de Palhoça (ACIP). O questionário tratava que questões relacionados ao conhecimento dos incentivos fiscais do município de Palhoça. As respostas obtidas foram tabuladas e analisadas qualitativamente a partir do percentual de respostas para cada questão. Os resultados encontrados neste estudo sugerem que a grande maioria das organizações do município de Palhoça não conhece os incentivos fiscais oferecido pelo município, o que acaba refletindo na baixa utilização desses mecanismos. Observou-se ainda que o contador é a principal fonte de informação acerca desses incentivos para as organizações, sendo este mais responsável por essa conscientização do que a própria Prefeitura Municipal de Palhoça.

PALAVRAS-CHAVE: Incentivos Fiscais. Incentivos Fiscais Municipais. Palhoça

ABSTRACT: The aim of this paper was to verify the level of knowledge of Palhoça county organizations about the tax incentives offered by that city, so that ascertaining even if these organizations made use of such incentives. The data collection was carried out through an electronic questionnaire in Palhoça Municipality of organizations associated with Commercial and Business Association Palhoça (ACIP). The questionnaire addresses issues related to the knowledge of tax incentives in the municipality of Palhoça. The selected answers were tabulated and qualitatively analyzed from the percentage answers to each question. The results of this study suggest that the vast majority of the Palhoça county organizations do not know the tax incentives offered by the municipality, which ends up reflecting the low use of these mechanisms. It was also observed that the meter is the main source of information about these incentives for organizations, which is more responsible for this awareness than the actual City Hall hut Palhoça.

KEYWORDS: Tax Incentive. Municipal Tax Incentives. Palhoça.

¹ Doutorando em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Controladoria pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (2015). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (2013) e em Administração pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (2008).

² Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça - FATENP

³ Mestranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós Graduada em Contabilidade e Direito Tributário pelo Instituto de Pós Graduação (IPOG). Contadora, registrada no CRC/SC sob o nº 031138/O-6, formada pela Universidade Municipal de São José (USJ).

INTRODUÇÃO

Os incentivos fiscais são prerrogativas relacionados à carga tributária concedida pelas administrações públicas para as empresas, ou pessoas físicas com objetivo de estimular um setor ou uma atividade econômica. Estes incentivos podem vir de algumas formas, como por exemplo, por meio de descontos, isenções, compensações e outros modelos que aliviam a carga tributária das organizações (Castro e Moraes, 2015; Gruenfeld, 2009).

Esses incentivos fiscais podem ser concedidos pelas esferas federal, estaduais e municipais. Os incentivos fiscais existem para estimular algum setor ou atividade econômica. É uma maneira de o governo incentivar o investimento, crescimento ou geração de empregos em um setor ou atividade econômica (Gruenfeld, 2009; Kannbley Junior e Porto, 2012).

Da mesma maneira os municípios atraem as empresas com incentivos fiscais, pois necessitam desenvolver a economia, trazendo mais empregos e melhor qualidade de vida para seus habitantes (Castro e Moraes, 2015; Gruenfeld, 2009).

Diante deste cenário, este artigo tem o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento das organizações de Palhoça acerca dos incentivos fiscais oferecidos pelo município?**

Assim, o objetivo deste artigo é de verificar qual o nível de conhecimento das organizações do município de Palhoça acerca dos incentivos fiscais oferecidos pelo referido município, de modo que se apure inclusive se as organizações estão se utilizando os ditos incentivos.

Este estudo justifica-se pela importância de as organizações estarem atentas a toda e qualquer forma de incentivo que maximize seus resultados, diante desse mercado extremamente competitivo no qual elas encontram-se. É importante que as organizações estejam atentas e possam se utilizar dos incentivos fiscais para alcançar melhores desempenhos. A obtenção de melhores resultados contribui para o desenvolvimento da economia local, proporcionando um maior desenvolvimento para a região e atendendo, assim, a um dos propósitos da instituição de incentivos fiscais.

A partir deste estudo, espera-se contribuir com as organizações apresentando incentivos fiscais disponíveis no município estudado, bem como despertar demais organizações para que se certifiquem de possíveis incentivos fiscais oferecidos na região em que estão inseridas. Espera-se ainda contribuir com os municípios que ofertam incentivos fiscais, para que fiquem cientes do conhecimento das organizações acerca dos benefícios.

Além desta seção introdutória, este estudo apresenta um referencial teórico que facilitará o entendimento do assunto pesquisado, seguido dos procedimentos metodológicos adotados. Posteriormente é realizada a análise e discussão dos dados, seguidas das considerações finais e referências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente tópico apresenta o conceito de incentivos fiscais de modo geral, apresenta ainda os conceitos fiscais na esfera municipal e mais especificamente os incentivos fiscais no município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina.

INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais são reduções na carga tributária devida, ou seja, estímulos criados pelas esferas (Municípios, Estados e União) com objetivo de estimular o crescimento das atividades econômicas no país. Tais incentivos são regulamentados através de veículos específicos (Higuchi, 2016; Gruenfeld, 2009).

Os incentivos são concedidos em formato de leis, decretos ou medidas provisórias que possuem objetivos específicos e são destinados, a determinados setores da economia (Higuchi, 2016; Kannbley Junior e Porto, 2012).

No âmbito federal, os principais tributos que uma empresa deve recolher são o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), cuja base de cálculo é o lucro real, presumido ou arbitrado, correspondente ao período de apuração; e o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cuja base de cálculo também é o valor do resultado do exercício, antes da provisão para o IRPJ. A alíquota do IRPJ para as empresas que optam, ou são obrigadas, a declarar seus lucros a partir do sistema de lucro real é de 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento). Já CSLL tem com alíquota de 9% (nove por cento) (Brasil, 2005).

Além desses tributos sobre o lucro, as empresas ainda têm de recolher o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), no qual a base de cálculo é a totalidade das receitas recebidas pela pessoa jurídica e a alíquota é de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ou 1,65% (um inteiros e sessenta e cinco décimos por cento) sobre a receita bruta, ou 1% (um por cento) sobre a folha de salários, nos casos de entidades sem fins lucrativos (Brasil, 2005).

As empresas também recolhem a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a qual tem alíquota geral de 3% (três por cento) ou 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) na modalidade não cumulativa. A base de cálculo da COFINS também é a totalidade das receitas recebidas pela pessoa jurídica. Além disso, há os encargos do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) (Brasil, 2005).

Por fim, as empresas ainda recolhem o IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) que obedece ao critério da não cumulatividade, de modo cada operação pode ser compensada os valores pagos nas operações anteriores (Brasil, 2005).

De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 267 a união oferece alguns incentivos que consistem inclusi-

ve em redução da carga tributária instituída. Alguns meios de oferecimento desses incentivos são pelo valor de incentivos fiscais por meio de dedução no recolhimento de tributos como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), as Doações aos Fundos dos Direitos das Crianças e do Adolescente; as Atividades Culturais e Artísticas; a Atividade Audiovisual e os Programas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Agropecuário (PDTA) (Brasil, 2002).

Esses incentivos são detalhados em normas específicas e a validação de sua dedução depende não só da observação dessas regras, mas, também das informações dispostas na declaração de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (DIPJ) do período em que utilizados. Os incentivos fiscais são instrumentos eficazes para a dedução econômica nas possibilidades de benefícios que passam a ser concedidos para incentivar comportamentos específicos. Parte do princípio de que um incentivo fiscal corresponda ao cancelamento ou redução do ônus com o recolhimento de tributos (Higuchi, 2016).

No âmbito Estadual, os governos concedem redução ou isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com isso, ocorre um fenômeno conhecido como “guerra fiscal”, que decorre da concessão de incentivos fiscais, onde os Estados articulam e oferecem a devolução do imposto recolhido às próprias empresas. Quem adquire os bens ou serviços, oriundos de outro estado, quando o remetente usufrui de incentivo fiscal no estado de origem, podem sofrer sanções do seu estado tanto em vista um acréscimo nas suas atividades econômicas (Valino, 2010).

A guerra fiscal baseia-se na disputa entre diferentes Estados da federação pela atração de investimentos empresariais, a partir da permissão de diferentes vantagens fiscais, especialmente, com a renúncia do ICMS. Trata-se de um fato dinâmico, que abrange não só as disputas mais conhecidas de atração de fábricas de automóveis, como outros incontáveis incentivos a setores específicos da economia. Nas últimas décadas alguns Estados passaram a disputar os crescentes investimentos oferecidos por montadoras de automóveis (Maciel, 2010).

O Governo Federal também acabou participando dessa guerra fiscal, a partir de inusitada influência com o Novo Regime Automotivo de 1995 e o Regime Automotivo Especial de 1997, que concederam vários incentivos fiscais às empresas montadoras de automóveis, sendo esse último direcionado às empresas que se instalem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A guerra fiscal fora do setor automotivo, apesar de menos conhecida, aparentemente, tem se propagando por muito mais setores econômicos e Estados da federação, operada com base em variadas e criativas formas de incentivo fiscal (Maciel, 2010).

INCENTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS

Desenvolver uma sociedade com grande desigualdade socioeconômica, ainda é um grande desafio a ser superado pelos estudiosos de

gestão pública no Brasil. No município de Montes Claros o objetivo dos incentivos fiscais era o desenvolvimento econômico do município, assim atraindo as grandes empresas e a questão da competitividade do município como um fator estratégico para a atração de novos negócios (Couto, 2015).

Mas o que ficou evidente foi uma série de críticas e resistência por parte dos empresários locais com as restrições para a concessão dos benefícios. Essa consideração mostra que a prefeitura possui pouca amplitude de ação, faz com que a concessão de incentivos fiscais apareça de maneira desordenada de um projeto político de desenvolvimento local (Couto, 2015).

Por necessidade de se desenvolver, os estados e municípios atraem as empresas com incentivos fiscais, contudo, as consequências com o aumento dos incentivos fiscais, é a diminuição das receitas que ameaçam o equilíbrio orçamentário. (Meneghetti, 2008).

Com isso surge à dúvida como os incentivos fiscais estariam fragilizando as finanças municipais. Considera-se que os municípios deveriam estudar melhor as consequências antes de oferecer vantagens as empresas, para verificar se a provável geração de emprego e renda vai de fato superar a renúncia fiscal. Assim como poderiam avaliar os benefícios futuros, pois alguns empreendimentos que se localizam no município podem exigir mais gastos futuros como, aqueles que podem gerar possíveis danos ao meio ambiente (Meneghetti, 2008).

Além do que, esta situação pode resultar em perdas nos estados, em razão da renúncia generalizada de receita, ou pode apenas estar gerando empregos em uma região, retirando-os de outra (Meneghetti, 2008).

INCENTIVOS FISCAIS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

No Município de Palhoça, os benefícios concedidos às empresas se concentram em três incentivos fiscais, conforme apresentado na tabela 1.

TABELA 1: Incentivos Municipais de Palhoça

LEI Nº 3.762	LEI Nº 4.292	LEI Nº 4.293
20/12/2012	18/09/2015	18/09/2015
PARQUE TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA	PALHOÇA INVESTE / FADEP	INOVA PALHOÇA
Isenção de até 80% no IPTU; Redução até 50% no ITBI; Alíquota de 2% no ISS.	Concessão de Financiamentos no limite do ISS gerado pelo incentivado.	Isenção de até 100% no IPTU; Isenção até 100% no ITBI; Isenção de até 60% no ISS; Retorno parcial de ICMS (cota do repasse do município).

FONTE: Elaborado pelos autores (2018)

Um dos incentivos fiscais é o Parque Tecnológico do Município de Palhoça, que tem como finalidade promover o desenvolvimento econômico e social, por meio de incentivos fiscais para as empresas de tecnologia conforme disposto na Lei Municipal nº 3762 de 2012. Entende-se como empresa tecnológica aquela que envolve a geração, adaptação ou aplicação intensiva de conhecimentos científicos e técnicos avançados e inovadores em seus processos, produtos e serviços (Palhoça, 2012).

Parques Tecnológicos são ambientes de inovação instalados em países desenvolvidos e em desenvolvimento para dinamizar economias regionais e nacionais, agregando conhecimento. Com isso a economia se torna mais competitiva no cenário internacional e são gerados empregos de qualidade, bem-estar social, além de tributos (Steiner, 2016).

O contribuinte que realizar investimento ou criar postos de trabalho no Parque Tecnológico, poderá se beneficiar de isenção de até 80% (oitenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), além de uma redução de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e reduzirá a uma alíquota de 2% (dois por cento) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN) (Palhoça, 2012).

A localização do Parque Tecnológico corresponde aos bairros Jardim Eldorado, Jardim das Palmeiras, Jardim Aquários, Jardim Coqueiros, Brejarú, Cidade Pedra Branca, Região Baixada do Massiambú e demais regiões que preenchem os requisitos para configurar Parque Tecnológico (Palhoça, 2012).

Outro incentivo fiscal oferecido pelo Município de Palhoça é o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação no Município de Palhoça – FADEP. Este incentivo está vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento e tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico palhocense, por concessão de finan-

ciamentos de incentivos (Palhoça, 2015a).

FADEP é um incentivo concedido para empreendimentos prestadores de serviços que atendam pelo menos um dos seguintes requisitos: (i) gerem empregos e renda a sociedade palhocense; (ii) incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia do município; (iii) contribuam para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente; (iv) exerçam atividades direcionadas à obras de infraestrutura no Município de Palhoça ou integrem a cadeia produtiva sem nível local e regional (Palhoça, 2015a).

O incentivo oferecido pelo FADEP, chamado Palhoça Investe, terá como limite até 75% (setenta e cinco por cento) do valor do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) gerado pela empresa incentivada, com até 120 (cento e vinte) meses para o uso dos incentivos contados a partir do início das atividades da empresa incentivada, e com a carência de 48 (quarenta e oito) meses para ao início do pagamento (Palhoça, 2015a).

Os recursos do FADEP poderão ser usados para compor Fundo Aval ou Fundo para Equalização de Taxa de Juros para empréstimos disponibilizados por instituições financeiras, bancos de desenvolvimento ou agência de fomento ou projetos de investimento neste município (Palhoça, 2015a).

Por fim, há ainda o incentivo fiscal Programa Municipal de Competitividade e Inovação (Inova Palhoça) que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico sustentável do Município, com o estímulo do empreendedorismo inovador, incentivando as atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e modelos de negócio, e promovendo a atração de empresas de base tecnológica e a geração de emprego e renda (Palhoça, 2015b).

De acordo com a Lei nº 4293 (Palhoça, 2015b), o benefício Inova Palhoça atende os seguintes setores e atividades econômicas:

- a) setor automotivo e de autopeças;
- b) setor aeroespacial;
- c) setores fármacos, biofármacos e cosméticos;
- d) setor de telecomunicações
- e) setor tecnologia da informação e comunicação;
- f) setor de óleo e gás;
- g) nanotecnologia;
- h) setor de desenvolvimento de softwares;
- i) pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;

j) produção, distribuição e montagem de equipamentos de diagnósticos médicos e hospitalares;

k) produção, distribuição e montagem de equipamentos de defesa nos termos da Lei Federal 12.598/12;

l) máquinas e equipamentos;

m) produção e distribuição de eletroeletrônicos;

n) planos de saúdes e cooperativas médicas.

A concessão do Inova Palhoça se dá pela opção do contribuinte incentivado por meio de uma declaração, cabendo à autoridade administrativa competente sua aprovação, desde que atenda aos requisitos da Lei nº 4293 (PALHOÇA, 2015b).

O poder Executivo fixará anualmente o valor total do incentivo que não poderá ultrapassar o total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que serão corrigidos a mesma proporção que os débitos da dívida ativa do Município. Os incentivos deverão ser aplicados em equipamentos, formação e capacitação de recursos humanos, serviço de consultoria, softwares ou na estrutura física (Palhoça, 2015b).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresenta-se como serão organizadas as buscas pelas informações necessárias para alcançar o objetivo proposto pelo estudo. Prodanov e Freitas (2013, p. 14) afirmam que a “metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza aplicada, visto que tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática buscando identificar as causas e propor uma solução. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.51) a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Marconi e Lakatos, 2010).

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva apenas registrando e descrevendo os fatos sem interferir. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática, assumindo a forma de levantamento, envolvendo a interrogação direta dos sujeitos cujo comportamento espera-se conhecer. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles (Prodanov e Freitas, 2013).

PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário eletrônico aplicado nas empresas do Município de Palhoça. Foram consideradas as empresas associadas à Associação Comercial e Empresarial de Palhoça (ACIP). A elaboração do questionário foi realizada pelos autores, com base nos aspectos relacionados às Leis Municipais que tratam dos incentivos fiscais em Palhoça.

O questionário é uma ferramenta na busca de informações, uma forma prática e organizada de perguntas e respostas na busca de informações por parte de quem responde, para servir a quem pede ou ambas as partes. Um sistema adaptável a qualquer campo buscando uma percepção generalizada de um assunto específico. Para desenvolver um questionário a uma razão determinante pode ser de ordem intelectual ou de ordem prática, o desejo de conhecer pela própria satisfação ou decorrente de conhecer com vista a fazer algo de maneira mais eficaz (Gil, 2010).

A partir do objetivo de pesquisar o nível de conhecimento as organizações de Palhoça em relação aos incentivos fiscais oferecidos pelo referido município, foi aplicado um questionário com 8 (oito) perguntas objetivas que nortearão a análise deste artigo.

Inicialmente buscaram-se informações básicas sobre as organizações como o ramo de atividade na qual a organização atua, em qual regime tributário a mesma está enquadrada e qual o seu porte.

Em seguida foram listados os incentivos fiscais oferecidos pelo município de Palhoça, elencados como: (i) Palhoça Investe – FADEP onde o município de Palhoça converte o valor dos seus impostos municipais em empréstimos para a empresa, (ii) o Parque Tecnológico onde o município de Palhoça concede isenção de até 80% (oitenta por cento) no valor do IPTU, redução de até 50% (cinquenta por cento) no valor de ITBI e redução da alíquota de ISS, (iii) e o Inova Palhoça onde o município de Palhoça concede isenção de até 100% (cem por cento) no valor do IPTU, isenção de até 100% (cem por cento) no valor de ITBI e isenção de até 60% (sessenta por cento) do valor de ISS.

Também se buscou saber dos respondentes como obtiveram conhecimento sobre os incentivos fiscais oferecidos pelo município, se foi por meio do contador, da prefeitura ou se não tiveram acesso a essas informações.

Por fim já com os incentivos fiscais listados, se procurou saber

por que as organizações não utilizam os incentivos fiscais oferecido pelo município de Palhoça, se por não ter conhecimento dos incentivos oferecidos, por não ter interesse em utilizar o benefício, por não se enquadrar nas exigências para o benefício ou se já se beneficia de algum dos incentivos oferecidos.

A população é composta por 374 (trezentos e setenta e quatro) organizações associadas à ACIP. Desconsiderou-se as que não continham endereço de correio eletrônico válido, de modo que foram aplicados 365 (trezentos e sessenta e cinco) questionários eletrônicos com perguntas objetivas. Obteve-se um total de 25 respostas, sendo que o questionário foi aplicado entre os dias 30 de outubro de 2017 e 14 de novembro de 2017. Assim, esta pesquisa tem um nível de confiança de 80% (noventa e cinco por cento) e uma margem de erro de 12% (doze por cento).

Para a análise, dos dados foram tabulados no software Microsoft Excel, computando as somas das respostas dos respondentes para cada uma das questões contempladas no questionário. Assim, foi realizada a análise qualitativa para cada uma das questões, a partir das respostas obtidas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Para esta pesquisa utilizou-se uma população representada pelas organizações associadas à Associação Comercial e Empresarial de Palhoça (ACIP), localizadas no Município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. Com objetivo de verificar o nível de conhecimento das organizações de Palhoça em relação aos incentivos fiscais oferecidos pelo município, aplicou-se um questionário com 8 (oito) perguntas objetivas, das quais 3 (três) foram sobre as características da organização, e cinco foram questionamentos diretamente ligadas aos incentivos fiscais oferecidos pelo município.

Com base no questionário aplicado, inicialmente abordou-se as características das organizações. Identificou-se que 48% (quarenta e oito por cento) dos respondentes atuavam no comércio, 44% (quarenta e quatro por cento) atuam na prestação de serviços e apenas 8% (oito por cento) eram indústrias. Já em relação ao regime tributário no qual as organizações estão enquadradas, identificou-se que 68% (sessenta e oito por cento) são tributadas pelo simples nacional, e lucro real e o presumido ambos com 16% (dezesseis por cento) cada. Os dados apresentados também revelam que mais da metade das empresas são de pequeno porte 60% (sessenta por cento), as microempresas correspondem a 32% (trinta e dois por cento) dos entrevistados e apenas 8% (oito por cento) são empresas de médio porte.

Assim represento nos gráficos a seguir.

GRÁFICO 1 – Caracterização da amostra

FONTE: Elaborado por autores (2017).

ANÁLISE DOS DADOS

Foram listados os três incentivos fiscais oferecidos pelo Município de Palhoça, sendo eles (i) o Palhoça Investe – FADEP onde o município de Palhoça converte o valor dos seus impostos municipais em empréstimos para a empresa; (ii) o incentivo Parque Tecnológico onde o município de Palhoça concede isenção de até 80% (oitenta por cento) no valor do IPTU, redução de até 50% (cinquenta por cento) no valor de ITBI e redução da alíquota de ISS; e (iii) o Inova Palhoça, onde o município de Palhoça concede isenção de até 100% (cem por cento) no valor do IPTU, isenção de até 100% (cem por cento) no valor de ITBI e isenção de até 60% (sessenta por cento) do valor de ISS.

Identificou-se que em relação ao primeiro incentivo (Palhoça Investe – FADEP) 84% (oitenta e quatro por cento) dos respondentes não conhecem o incentivo e 16% (dezesesse por cento) conhecem, mas não utilizam. Em relação ao segundo incentivo abordado (Parque Tecnológico) 64% (sessenta e quatro por cento) dos respondentes não conhecem, 32% (trinta e dois por cento) conhecem, mas não utilizam e apenas 4% (quatro por cento) de beneficiam desse incentivo. Por fim, em relação ao terceiro incentivo fiscal municipal (Inova Palhoça), 87,5% (oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) dos respondentes desconhecem este incentivo, 8,3% (oito inteiros e três décimos por cento) conhecem, mas não utilizam e apenas 4,2% (quatro inteiros e dois décimos por cento) dos respondentes se beneficiam deste incentivo.

Essas informações podem ser visualizadas nos gráficos a seguir.

GRÁFICO 2 – Caracterização da amostra

Palhoça Investe – FADEP

■ Não conhece ■ Conhece mas não utiliza
■ Utiliza

Parque Tecnológico

■ Não conhece ■ Conhece mas não utiliza ■ Utiliza

FONTE: Elaborado por autores (2017).

As organizações também foram questionadas sobre como tomaram conhecimento acerca destes incentivos fiscais oferecidos pelo município de Palhoça. Mais da metade afirmou não conhecer tais incentivos 60,9% (sessenta inteiros e nove décimos por cento). Algumas organizações tiveram conhecimentos dos incentivos por meio do seu contador 26,1% (vinte e seis inteiros e um décimo por cento), 8,7% (oito inteiros e sete décimos por cento) tomaram conhecimento por meio da prefeitura de Palhoça e 4,3% (quatro inteiros e três décimos por cento) em alguma palestra sobre o assunto.

Para finalizar o questionário, indagou-se por que a organização não se utilizava dos Incentivos Fiscais abordados. Nesse sentido, grande parte afirmou não utilizar pelo fato de não ter conhecimento dos incentivos com 75% (setenta e cinco por cento). Algumas organizações responderam não se enquadrar nas exigências para o benefício 16,7% (dezesseis inteiros e sete décimos por cento). O restante já se utiliza de algum benefício 4,2% (quatro inteiros e dois décimos por cento) ou não tem interesse em se beneficiar desses incentivos 4,2% (quatro inteiros e dois décimos por cento).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Os resultados encontrados neste estudo sugerem que a maior parte organizações do município de Palhoça não

conhece os incentivos fiscais oferecido pelo município, o que acaba refletindo na baixa utilização desses mecanismos. Esse fato indica que no município estudado, os benefícios fiscais podem não estar cumprindo o objetivo de desenvolvimento econômico do município, decorrente da atração de empresas que se instalariam no município, o que elevaria sua competitividade como um fator estratégico para a atração de novos negócios (Couto, 2015).

Dos três incentivos oferecidos pelo município de Palhoça, apenas dois deles são utilizados pelos respondentes desta pesquisa, sendo o incentivo Parque Tecnológico e o incentivo Inova Palhoça. O incentivo Palhoça Investe – FADEP não é utilizado por falta de conhecimento das organizações ou por estas não se enquadrarem nas exigências para este benefício. Desse modo, o município deve analisar se os benefícios concedidos atualmente são viáveis, visto que por mais que se tenha o objetivo de fomento ao desenvolvimento de empresas na região municipal, a criação de benefícios fiscais pode apresentar como consequências a diminuição das receitas do município, ameaçando seu equilíbrio orçamentário (Meneghetti, 2008).

Observou-se que o contador é a principal fonte de informação acerca desses incentivos para as organizações, sendo este mais responsável por essa conscientização do que a própria Prefeitura Municipal de Palhoça. Esse achado pode ser relevante para o governo municipal atuar na divulgação dos incentivos oferecidos, visto que geralmente as prefeituras possuem pouca amplitude de ação (Couto, 2015). Se aliar aos contadores em um projeto de institucionalização dos incentivos fiscais oferecidos pode evitar que essa concessão pareça uma maneira desordenada de um projeto político de desenvolvimento local (Couto, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar o nível de conhecimento das organizações de Palhoça acerca dos incentivos fiscais oferecidos pelo município, apurando inclusive se as organizações estão se utilizando os ditos incentivos.

Inicialmente buscou-se descrever o que são incentivos fiscais para melhor compreensão sobre o assunto e apresentar os incentivos fiscais oferecidos pelo município de Palhoça que são o Palhoça Investe – FADEP, o Parque Tecnológico e o Inova Palhoça. Em seguida, por meio de um questionário apurou se as organizações conheciam e se estão utilizando dos referidos incentivos, objeto desta pesquisa.

A aplicação do questionário identificou que a grande maioria das organizações do Município de Palhoça não conhece os incentivos fiscais oferecidos pelo município, o que ocasiona uma baixa adesão e utilização desses mecanismos de incentivo disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Palhoça.

Identificou-se ainda que o contador das organizações que se utilizam dos incentivos fiscais teve papel fundamental em relação ao fato

das organizações tomarem conhecimento sobre esses incentivos, visto que os contadores foram citados como fonte de informação mais recorrente que a própria prefeitura do município.

Defende-se aqui a importância de as organizações estarem atentas a incentivos fiscais que permitam que ela alcance melhores desempenhos. A obtenção de melhores resultados pelas empresas contribui para o desenvolvimento da economia local, proporcionando um maior desenvolvimento para a região e atendendo, assim, a um dos propósitos da instituição de incentivos fiscais.

Como contribuições, os resultados deste estudo podem ser utilizados pelas empresas e pelos governos municipais. Para as empresas, os resultados servem como alerta de que há ou podem haver incentivos disponíveis na sua região e que não necessariamente sejam de conhecimento da comunidade empresarial, mas que estão disponíveis. Para os governos municipais, os resultados contribuem indicando que apesar de ofertar incentivos, pode ocorrer de os mesmos não serem de conhecimento das empresas, de modo que os mesmos não cumprem seus objetivos de atração de investimentos empresariais.

Desse modo, esta pesquisa cumpriu seu objetivo, uma vez que conseguiu responder à questão problema, norteadora deste trabalho, visto que conseguiu verificar o nível de conhecimento das organizações de Palhoça acerca dos incentivos fiscais oferecidos.

Recomenda-se para possíveis trabalhos futuros verificar a política de divulgação de incentivos por parte de governos municipais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação; altera e revoga dispositivos de legislações diversas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Instrução Normativa SRF nº 267, 23 de dezembro 2002. Dispõe sobre os incentivos fiscais decorrentes do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idato=15148&visao=anotado>>. Acesso 25 out.2017.

CASTRO, Isaneide Ribeiro de; MORAES, Rinaldo Ribeiro. **O ICMS E A GUERRA FISCAL ENTRE ESTADOS: uma análise a respeito desse tributo**. Revista de Administração e Contabilidade, v. 1, n. 1, 2015.

COUTO, Felipe Fróes. **Incentivos fiscais ou cidade agradável?**

A percepção de gestores sobre incentivos fiscais municipais e desenvolvimento local de montes claros/MG. 2008.

Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/18semad/resultado/trabalhosPDF/638.pdf>>. Acesso em: 22 de out. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRUENFELT, Valéria Rocha Lacerda. **Incentivos fiscais e econômicos**. Disponível em: <http://www.tce.sc.gov.br/files/file/icon/incentivos_fiscais_e_economicos.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2017.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas Interpretação e Prática**. 41 ed. São Paulo: IR Publicações, 2016.

KANNBLEY JUNIOR, Sergio; PORTO Geciane. **Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma avaliação das políticas recentes**. 2012. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5686/Incentivos%20Fiscais%20%C3%A0%20Pesquisa,%20Desenvolvimento%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 de out. 2017.

MACIEL, Marcelo Sobreiro. **Política de incentivos fiscais: quem recebe isenção por setores e regiões do país**. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema20/2009_9801.pdf>. Acesso 17 de out. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEGHETTI, Alfredo. **Os incentivos fiscais nos municípios brasileiros**. 2008. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2910964/DLFE244449.pdf/RCA2.0.0.8._0.4._0.2..pdf#page=46>. Acesso em: 23 de out. 2017.

PALHOÇA. Prefeitura Municipal de Palhoça. Lei nº 3762, de 20 de dezembro de 2012. Institui o Parque Tecnológico do Município de Palhoça e das outras Providencias. **Diário Oficial do Município**. Palhoça, 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/lei-ordinaria/2012/376/3762/lei-ordinaria-n-3762-2012-parque-tecnologico-do-municipio-de-palhoca-institui-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

PALHOÇA. Prefeitura Municipal de Palhoça. Lei nº 4292, de 29 de setembro de 2015. Dispõe sobre o Programa de

Desenvolvimento da Empresa Palhocense - Palhoça Investe e Institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação no Município de Palhoça - FADEP e Estabelece outras Providências. **Diário Oficial do Município**. Palhoça, 2015a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/lei-ordinaria/2015/429/4292/lei-ordinaria-n-4292-2015-dispoe-sobre-o-programa-de-desenvolvimento-da-empresa-palhocense-palhoca-investe-e-institui-o-fundo-de-apoio-ao-desenvolvimento-economico-e-inovacao-no-municipio-de-palhoca-fadep-e-estabelece-outras-providencias>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

PALHOÇA. Prefeitura Municipal de Palhoça. Lei nº 4293, de 29 de setembro de 2015. Inova Palhoça. Dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Competitividade e Inovação - Inova Palhoça, que Institui Benefícios Fiscais e Econômicos para Empresas Inovadoras e de Base Tecnológica Instaladas no Município De Palhoça, Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 3.762, de 20 de Dezembro de 2012 e dá outras Providências. **Diário Oficial do Município**. Palhoça, 2015b. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/lei-ordinaria/2015/429/4293/lei-ordinaria-n-4293-2015-inova-palhoca-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-competitividade-e-inovacao-inova-palhoca-que-institui-beneficios-fiscais-e-economicos-para-empresas-inovadoras-e-de-base-tecnologica-instaladas-no-municipio-de-palhoca-altera-dispositivos-da-lei-municipal-n-3762-de-20-de-dezembro-de-2012-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2013. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso: 15 de out. 2017.

STEINER, João; CASSIM, Marisa Barbar; ROBAZZI, Antônio Carlos. **Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação**. 2016. Disponível em: <http://www.unilago.com.br/download/arquivos/21016/___Steiner_PT_ambientes_inovacao.pdf> Acesso em: 03 de out. 2017.

VALINO, Reinaldo. **Concessões estaduais de incentivos fiscais**. 2010. Pará. Disponível em: <http://www.controlepublico.org.br/files/artigos_tecnicos/concessoes_estaduais_de_incentivos_fiscais.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2017.